



LETRAMENTOS DE REEXISTÊNCIA: O dialeto pajubá e a reinvenção através da língua(gem)

Lílian Barbosa de Moraes (UEG)

Estudos de Letramentos.

Resumo

Recorrem-se às contribuições teóricas, procurando compreender letramentos de reexistência onde, por meio da vivência de um conjunto de práticas sociais, uma comunidade constrói formas de resistência e se reinventa através da língua(gem). O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre o dialeto pajubá, prática de letramento como resistência a uma condição de marginalização, fruto de construção cultural na e pela língua(gem). O uso desse dialeto pela comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros se mostra como lugar de inclusão e proteção, pois práticas de uso social da linguagem são mobilizadas para atender às necessidades dessa comunidade. Pelo uso da linguagem, o sujeito marginalizado cria práticas de letramentos que venham possibilitar a desconstrução de questões culturais e políticas que o marginalizam, ampliando sua posição de sujeito de direitos e que produz conhecimento. Fundamenta-se no estudo sobre letramentos de reexistência (SOUZA, 2009; KLEIMAN; SITO, 2016) como possibilidade de resistir e transformar o discurso discriminatório. No conceito de letramentos concebido como práticas sociais produzidas a partir da necessidade de uma comunidade, necessidades estas levantadas a partir de releitura do significado de contextos, partindo do pressuposto que a linguagem é, também, uma prática social que considera momentos históricos e sociais (KLEIMAN, 2014; STREET, 2006; MONTE MOR, 2007). Na contextualização do dialeto pajubá, enquanto prática social que produz sentidos outros (ARAÚJO, 2018). Nos estudos sobre identidade cultural (HALL, 2015) e interculturalidade (CANCLINI, 2005). Esse trabalho adota uma pesquisa de análise bibliográfica para a discussão do tema proposto. Nesse sentido, nas práticas de letramentos de reexistência, o dialeto pajubá se insere, promovendo o protagonismo, a autonomia e a produção de cultura pela comunidade trans, como possibilidade de reinvenção e reconstrução de leituras a respeito dos estereótipos delineados para esse sujeito.

Palavras-chave: Letramentos de Reexistência. Prática Social. Linguagem. Comunidade LGBTQ



INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma revisão, por meio de pesquisa bibliográfica, sobre o tema letramento de reexistência. Parte de publicações que resumem, analisam e discutem a temática com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002).

A motivação para a escrita é fruto de reflexões, leituras e discussões de textos ofertados durante a disciplina “Tópicos em Estudos do Letramento”, ministrada pela professora Dr^a. Carla Conti de Freitas, no programa de Mestrado em Língua Literatura e Interculturalidade (POSLLI/UEG/CORA CORALINA).

Nosso objetivo é apresentar uma reflexão sobre o dialeto pajubá, enquanto prática de letramento feita pela comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (doravante, LGBTQ). Essa modalidade de letramento surge como resistência a uma condição de marginalização, fruto de construção cultural na e pela língua(gem). O uso desse dialeto por essa comunidade se coloca como lugar de inclusão e proteção, pois práticas de uso social da linguagem são mobilizadas para atender às necessidades dessa comunidade.

Por meio da vivência de um conjunto de práticas sociais, uma comunidade constrói formas de resistência e de reexistência ao se reinventar através da língua(gem).

Pelo uso da linguagem, o sujeito marginalizado cria práticas de letramentos que venham possibilitar a desconstrução de questões culturais e políticas que o marginalizam, ampliando sua posição de sujeito de direitos e que produz conhecimento. Entendemos letramento como leitura do significado de um contexto.

Diversas são as estratégias de opressão legitimadas via linguagem e interação, definidas a partir de fronteiras de gênero, etnia, raça, classe social, entre outros lugares sociais que sempre se representam por condições hierárquicas e delegam condições subalternizadas a sujeitos que têm menos acesso.



Portanto, neste artigo existe a pressuposição de que a ação da comunidade LGBTQ, por meio do dialeto pajubá, frente à questão da marginalização dessa comunidade, pode contribuir para a desconstrução de uma imagem negativa e preconceituosa das identidades que se apresentam.

Desconstruir discursos que legitimam certas práticas de uso da linguagem, tendo em mente que toda forma de comunicação é legítima, na medida em que atenda às necessidades de uma determinada comunidade. Nossos discursos são construídos a partir de nossas experiências, nossas crenças, ideologias, identidades que foram designados por Canclini (2005) como elementos de interculturalidade.

Parte-se do pressuposto que a língua não é só estrutura, existindo nela práticas culturais que viabilizam leituras do cotidiano atravessadas por questões políticas, sociais e ideológicas.

A idealização deste trabalho se assenta teoricamente em estudos realizados por Souza (2009), Kleiman e Sito (2016) sobre letramentos de reexistência como possibilidade de resistir e transformar o discurso discriminatório. No conceito de letramentos concebido como práticas sociais produzidas a partir da necessidade de uma comunidade, necessidades estas levantadas a partir de releitura do significado de contextos, partindo do pressuposto que a linguagem é, também, uma prática social que considera momentos históricos e sociais (KLEIMAN, 2014; STREET, 2006; MONTE MÓR, 2007). Na contextualização do dialeto pajubá, enquanto prática social que produz sentidos outros (ARAÚJO, 2018). E nos estudos sobre identidade cultural (HALL, 2015) e interculturalidade (CANCLINI, 2005).

Letramento: perspectivas teóricas

A conceituação de letramento tem tido modificações por razão de dois contextos. Um deles é que, com tantas variedades nos sistemas semióticos, torna-se fundamental agregar outras formas de comunicação. Outro contexto se mostra diante da diversidade linguística que se apresenta ao perceber as mais variadas manifestações culturais. Isso nos remete aos elementos de interculturalidade, tão bem comentados por Canclini (2005).

E, no sentido de pensar a interculturalidade perpassando nossas práticas sociais,



autores iniciam seus descritos trabalhando com o conceito de multiletramentos, e não somente letramento. Para eles o letramento não está direcionado somente para o texto escrito, mas também para os textos que são compostos de vários outros sistemas de signo e significado, como sonoro, oral, gestual, imagético, gráfico. O que se observa na atualidade é que as comunidades fora dos espaços formais de educação têm utilizado diferentes sistemas semióticos para complementar a escrita (KLEIMAN; SITO, 2016).

Ao trazer para o debate letramento como prática social, Street (2006) diz que o letramento se torna um ato social que varia no tempo e no espaço, impregnado de relações de poder que demonstram uma visão de mundo e uma necessidade de que esta visão domine e marginalize outras. Os letramentos marginalizados, e que resistem, estão sempre enraizados por visões socialmente construídas. Ainda, segundo Street (2006), diante disso não há como negar a existência de múltiplos letramentos sempre carregados de ideologia.

Por esse motivo, essa autora introduz a expressão “práticas de letramento como uma forma de focalizar as práticas sociais e concepções de leitura e escrita”. Há em um evento de letramento padrões sociais que possibilitam dar sentido e significado. Ainda define as práticas de letramento como “um conceito cultural mais amplo de formas particulares de se pensar sobre e realizar a leitura e a escrita em contextos culturais.” (STREET, 1984, p. 01 apud STREET, 2013, p. 55).

Com esses estudos sobre letramentos e multiletramentos, observa-se que os “conhecimentos que convencionalmente e paradigmaticamente pertenciam a suas áreas próprias e específicas passam a ter um tratamento dialético, cultural e social.” (KLEIMAN, 2014; STREET, 2013, p. 33).

Relevante aqui explicar o que Jordão (2007) mostra em relação ao seu entendimento acerca da língua, que deixa de ser um código para transmitir e captar mensagens, se constituindo também como espaço de construção de sentidos. Sentidos esses que, sendo múltiplos, atribuem à linguagem diferentes modos de ler, escrever e falar que vão caracterizar as histórias e trajetórias de letramentos dos diferentes grupos (KLEIMAN, 2014; SOUZA, 2009).

Jordão (2007) vem dizer que a língua(gem) tomada como discurso, remete a toda



uma prática de construção de sentidos, os quais propiciam compreender os letramentos como um conjunto de discursos sobre algum conhecimento.

Ainda nesse raciocínio, a autora traz que “os conhecimentos, atitudes, comportamentos não são hierarquizados por terem em si uma essência que os determinaria como superiores ou inferiores.” (JORDÃO, 2007, p. 20), mas que essa condição se dá numa construção cultural reafirmada no convívio social. Pensar discursivamente é pensar nos efeitos de sentidos construídos e essa construção perpassa por contextos social e cultural. Toma a ideia de discurso tão bem descrita por Foucault (2006, p. 254 apud JORDÃO, 2007, p. 21) como “séries de acontecimentos que operam no interior do mecanismo geral do poder e estão sujeitos às práticas sociais, ao mesmo tempo em que as sujeitam.” Remete a concepção de discurso para dizer que os sentidos são construídos pelos discursos e estes são construídos pelos sentidos.

E, nesse viés, a língua/linguagem, como veículo de discursos e letramentos, torna-se espaço de construção de realidades e verdades que nos possibilita interpretar, perceber e elaborar nossas verdades. A autora completa dizendo que “tanto a linguagem quanto a realidade/verdade são sempre ideológicas e localizadas, determinadas pelas perspectivas dos sujeitos que as constroem e delas fazem uso em procedimentos culturalmente estabelecidos.” (JORDÃO, 2007, p. 21).

Para Jordão (2007), os pressupostos de Foucault abrem caminho para o entendimento do letramento crítico. As relações de poder produzem resistências que, por sua vez, produzem conhecimento acerca de como as relações se estabelecem ou se modificam. Essas relações produzem sujeitos críticos que atuam com condições de refletir sobre as diferentes formas de pensar e agir e possíveis sentidos produzidos. O entendimento da autora acerca do letramento crítico é que esse se mostra como uma maneira de encarar as diversas formas de construção de sentidos e o entendimento do mundo, as relações de poder e suas consequências.

Desta feita, os multiletramentos parecem revelar o uso de outras modalidades de texto, de modo que, na apropriação de gêneros tradicionais, as comunidades com letramentos marginalizados e invisibilizados, transformam, inventam e reinventam textos para estarem à disposição do atendimento de suas necessidades (JORDÃO, 2007).



Essa concepção de uso da linguagem em situações de conflito intercultural leva visibilidade às práticas de letramento de grupos que tiveram sua história às margens. Uma comunidade pode adquirir estratégia de letramento que a tire da condição de subalternizada. Ou, pelo menos, mobiliza ações para diminuir essa invisibilidade.

Nessa perspectiva, os movimentos de resistência possibilitam o acesso a um espaço que mobiliza vozes sociais. Compreender a linguagem como “essencialmente dialógica e povoada por vozes sociais e históricas que constituem os sujeitos.” (BAKHTIN, 1988 apud KLEIMAN; SITO, 2016, p. 174) permite ler que essas vozes são silenciadas num constante constructo social e histórico. Todavia, é por meio do diálogo que os sujeitos mobilizam vozes sociais.

Assim, o percurso teórico delineado até aqui propõe que esses letramentos marginalizados se instituem como práticas de multiletramentos. Discursos outros que recuperam os saberes excluídos e, ao mesmo tempo, apontam que mecanismos de exclusão daí emergem. Essa tarefa auxilia na construção de outros modos de resistência.

Nessa perspectiva adotada, os letramentos, para além das habilidades de ler e escrever, podem ser compreendidos como “um conjunto de práticas sociais cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e de poder.” (KLEIMAN, 1995, p. 11 apud SOUZA, 2009, p. 30). Esta concepção leva a considerar os diferentes valores, funções e configurações que o fenômeno assume para os diversos grupos, a depender dos contextos locais e de referenciais culturais específicos e também da estrutura que caracteriza os processos sociais (SOUZA, 2009).

Imprescindível ater-se para os aspectos social e plural das práticas de letramentos, mostrando que podem ser construídas tanto no ambiente formal de educação quanto em ambientes não formais. Ou seja, os letramentos institucionalizados acontecem por meio de processos e espaços de aprendizagem; já os letramentos múltiplos e críticos se dão em variados espaços de acordo com as finalidades de suas práticas (KLEIMAN; SITO, 2016).

Inserir-se, nesse momento, a noção de resistência, acrescida também da de reexistência, discorridas na próxima seção.



Letramentos de resistência e reexistência

Quem contribui com a discussão é Souza (2009), ao trazer a ideia de reexistência como parte do percurso teórico sobre letramento. Faz isso ao analisar práticas de letramento de ativistas do movimento hip hop em sua tese de doutorado.

Para ela reexistir “é um renascer, em meio a tensões políticas, pela renovação das relações hierárquicas entre os grupos que compõem a sociedade.” (GARCIA, 2012, p. 141 apud KLEIMAN; SITO, 2016, p. 179). Ao trazer essa ideia de reexistência para o âmbito do letramento, Souza (2009) agrega o letramento de reexistência como outra modalidade de multiletramentos.

Apresenta o letramento de reexistência como “reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história ainda pouco contada, nos quais os usos da linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada ou não.” (SOUZA, 2009, p. 33).

Essa noção de reexistência, pela autora, surge ao considerar que, para além de resistir, os grupos marginalizados reinventam e transformam práticas e saberes dominantes como subversão diante de uma situação de subalternidade. As ações de reexistência servem para produzir novos sentidos acerca das práticas dominantes por meio da linguagem. Aponta aqui a linguagem como prática social onde o sujeito falante tem lugar e posição, ao discursar (SOUZA, 2009).

Souza (2009) se utiliza do conceito de natureza dialógica da linguagem abordado por Bakhtin dizendo que,

não há linguagem sem sujeitos, isto é, sujeitos plurais, que impregnam a linguagem com suas ideologias e práticas sociais, a linguagem pode ser compreendida apenas nas instâncias sociais de uso, o que implica, necessariamente, considerar o conteúdo ideológico nas enunciações. (SOUZA, 2009, p. 54).

Nessa concepção a linguagem aparece como fruto da interação entre os sujeitos que, ao se comunicarem, mobilizam sentidos, na medida em que há sempre uma reação frente a



uma resposta ou a uma palavra.

Os letramentos de reexistência buscam desconstruir discursos cristalizados por meio de práticas cotidianas no uso da linguagem, desestabilizando papéis sociais arraigados de modo a possibilitar a produção e construção de outras funções nas comunidades a que pertençam. Reexistir para essa autora é a perspectiva de assumir e sustentar esses novos papéis sociais (SOUZA, 2009).

Para tanto, fundamental a compreensão do que Hall (2015) tem discutido sobre cultura e identidade. Ao pensar a identidade na pós-modernidade, esse autor vem dizer que o sujeito pós-moderno é possuidor de uma identidade estável que está se fragmentando e sendo composta por várias identidades. Para ele, a construção da identidade não é estanque, pronta ou adquirida, e sim processual e cotidianamente construída. Sua concepção é de um sujeito híbrido e descentrado que legitima suas identidades a partir das interações que estabelece. Tais interações vão propiciar a construção de identidades sociais no campo da disputa por lugares socialmente legitimados.

Ainda nesse raciocínio, Hall (2015) propõe o sujeito como sujeito sócio-histórico, num contexto de cultura que abre um cenário de luta por um espaço de construção de novas significações. E, pensando assim, fica evidente que sujeito tanto se forma como é transformado discursivamente pelas interações que vivencia em sociedade.

Ao considerar toda a contextualização sobre linguagem, letramentos, discurso e cultura, Souza (2009) afirma que letramentos singulares praticados por comunidades permitem o redimensionamento de identidades, ressignificação de papéis e lugares sociais. Neste movimento, a autora defende o nome reexistência e não apenas resistência. Para ela não há aqui apenas um modo letrado de resistir, mas também, a criação de outros modos de dizer o que já foi dito ou está sendo dito, marcando de vez a identidade social de uma comunidade.

A seção seguinte aborda algumas questões em relação ao letramento de reexistência praticado pela comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBTQ) no uso do dialeto pajubá.

Reexistir e reinventar por meio da língua(gem)



A título de exemplificar um letramento de reexistência dispomos aqui do dialeto bajubá, pajubá ou bate-bate (ARAÚJO, 2018). Segundo a autora, o dialeto é bastante significativo no processo de reconhecimento, sociabilidade e resistência para a comunidade LGBTQ, pois a linguagem usada por esse grupo parece possuir marcadores de diferença que delinham aspectos como territorialidade, identidade, sociabilidade e legitimidade.

Para essa discussão faremos uso do termo pajubá, por ser mais usual nas práticas de letramentos cotidianas dessa comunidade (VIP; LIBI, 2006).

Araújo vem dizer que,

os grupos considerados marginais, através de uma cultura grupal, tendem a desenvolver um sistema simbólico próprio que, de um lado, facilita a comunicação entre os indivíduos do mesmo grupo e, de outro, dificulta o entendimento por indivíduos que não participam da mesma cultura. Esse sistema de comunicação é tanto uma marca identificadora do grupo social, como também uma forma de preservação e continuidade do mesmo. Assim, essa linguagem pode ser jocosa, divertida e caricata, comportando atitudes e mímicas como parte da comunicação. (ARAÚJO, 2018, p. 27).

Em se tratando de uma linguagem sem tradição oral, o pajubá não apresenta muito material bibliográfico para consulta. Dessa forma, essa linguagem “se constituiu nas ruas, nas esquinas, nos territórios de prostituição e está em constante mudança, se reinventando e ressignificando os vocábulos de seu próprio repertório.” (ARAÚJO, 2018, p. 18). O que demonstra que a língua(gem) se desenvolve em meio a construções e desconstruções contínuas, plásticas e performáticas (MONTE MÓR, 2007).

Araújo (2018) define o pajubá como o dialeto utilizado pela comunidade LGBTQ que se caracteriza pelo uso de palavras de línguas de origem afro-brasileiras, predominantemente o iorubá, ainda muito usado pelas religiões de matrizes africanas. Indica uma modalidade de variação linguística que se insere como código linguístico, ao servir de escudo e proteção perante os riscos diários encontrados por essa comunidade que vive em situação de vulnerabilidade. Cita que, no decorrer de sua pesquisa, encontrou cinco relevantes documentos bibliográficos que sistematizaram as palavras e os termos desse dialeto, sendo eles: “um glossário de José Fábio Barbosa da Silva (1958); o Diálogo de Bonecas (1995); o



Bichonário (1996); Aurélia, A Dicionária da Língua Afiada (2006); e o glossário do livro *Abjeção e Desejo* de Pelúcio (2009).” (ARAÚJO, 2018, p. 52).

Desse material a autora dá destaque para dois. Um criado durante o contexto de ditadura militar, provavelmente entre as décadas de 1960 e 1970, sendo o primeiro documento oficial do pajubá, em 1995. O livro ganhou o nome *Diálogo de Bonecas*, e foi organizado por Jovana Baby, presidente da extinta Astral (Associação de Travestis e Liberados), do Rio de Janeiro. Entre as mais de 800 palavras listadas está “boneca”, palavra que define travesti (ARAÚJO, 2018).

O segundo material, em 2006, assumiu esse status de “dicionário” do pajubá. Aurélia, *A Dicionária da Língua Afiada*, é assinada por Ângelo Vip e Fred Libi. Tem mais de 1.300 verbetes que revelam o significado das palavras mais utilizadas (ARAÚJO, 2018).

O dialeto, então, se insere como estratégia de proteção e manutenção de identidade, como também modo de sair do anonimato. Instaura como lugar de construção de identidades e de ressignificar papéis e lugares socialmente não atribuídos a essa comunidade, o que os leva a ter visibilidade nos segmentos tradicionalmente invisibilizados. Nota-se que o objetivo, ao usar o dialeto, lembrando-se de práticas sociais da língua/linguagem enquanto movimento de resistência, era de proteção e reexistência (ARAÚJO, 2018).

A seguir, a tabela 1 apresenta algumas palavras ou expressões do dialeto que nos remetem a situações de uso da linguagem como sentido de resistência e reexistência:

Tabela 1 – Palavras comuns e seus significados

Palavras e expressões	Significados
Alibã/alibam	Polícia



**XV
ENFOPLE**
ENCONTRO DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES DE
LÍNGUA ESTRANGEIRA

Aqué/acue	Dinheiro
Bandeiroso	Indivíduo
Bas-fond	Briga
Coió	Surra
Desaquendar	Esquecer
Elza	Roubo
Eque	Truque
Ilê	Casa
Neca	Pênis
Uó	Ruim

Fonte: Vip; Libi (2006)

Esses exemplos retirados do dicionário Aurélia (VIP; LIBI, 2006) mostram algumas palavras e expressões usadas em contextos considerados marginalizados pelos discursos dominantes, pois remetem a situações de cunho negativo.

Respaldando essa ideia de reexistência, pertinente comentar sobre o exemplar de um álbum da cantora Linn da Quebrada, lançado em 2017, intitulado Pajubá. A cantora afirma que pajubá é linguagem de resistência, construída a partir da inserção de palavras e expressões de origem africanas ocidentais. “Eu chamo esse álbum de pajubá, porque pra mim ele é construção de linguagem. É invenção. É ato de nomear. De dar nome aos boys. É mais uma vez [reexistência].” (ARAÚJO, 2018, p. 125).

Outro contexto que precisa ser lembrado foi uma questão de prova no Exame Nacional do Ensino Médio, em 2018, que abordou a temática. A questão considerou que o pajubá se tratava de um dialeto secreto dos gays e travestis. Em se tratando de um espaço de discurso dominante e cristalizado, ao trazer esse tema para a prova, o Exame faz uma subversão dos espaços, permitindo seu uso e circulação por outros discursos até então marginalizados (BRASIL, 2018).

Evidente com esses dois momentos citados que, nos letramentos de reexistência, os discursos e as práticas letradas dão visibilidade a um segmento socialmente invisibilizado. E isso é possibilitado por meio da reinvenção de práticas de uso da linguagem ou letramentos.

Assim, o pajubá se posiciona como uma prática de leitura da comunidade LGBTQ, atuando como letramentos de resistência e reexistência, reinventando, reformulando,



redizendo sentidos outros.

Considerações finais

A intenção desse trabalho foi evidenciar que o dialeto pajubá se mostra como prática de letramento que reinventa a língua(gem) por meio de mecanismos de reexistência.

Ao esboçar aqui a contextualização de letramentos podemos observar que, como práticas sociais criadas a partir da necessidade de uma comunidade, os letramentos mobilizam sentidos outros para as diversas formas de leitura de significação de determinado contexto.

Num contexto de linguagem como prática social, em que a língua se mostra como meio de acesso, de poder, de imposição, cultural e política, o pajubá aparece como letramento de reexistência, pois desempenha papel histórico ao incorporar, criar, ressignificar e reinventar os usos sociais da linguagem pela comunidade LGBTQ deixando à mostra os valores e intenções dessa comunidade.

Fundamental o entendimento de que letramentos de reexistência solicitam ao sujeito “postura política que o permita transcender articulando saberes próprios de maneira a potencializar um fortalecimento coletivo que o possibilite a transformação de sua realidade.” (KLEIMAN; SITO, 2007, p. 179).

E nessa perspectiva, o uso do pajubá é uma resposta coletiva a um fenômeno social construído historicamente que hierarquiza sujeitos a partir de suas identidades sociais. Contudo, a história e a cultura diante de uma leitura crítica e reflexiva do mundo apontam para conquistas que podem ser obtidas num cenário de luta social diante de práticas de letramentos.

Relevante compreender os processos que estão em jogo, nas práticas sociais e uso da linguagem, para promover multiletramentos que possibilitem, ao sujeito, construir mecanismos de resistência e reexistência.

O dialeto pajubá se insere nas práticas de letramentos de reexistência promovendo o protagonismo, autonomia e a produção de cultura pela comunidade LGBTQ como possibilidade de reinvenção e reconstrução de leituras a respeito dos estereótipos delineados para esse sujeito.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. **(Re)encontrando o Diálogo de Bonecas: o bajubá em uma perspectiva antropológica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1312>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Exame Nacional do Ensino Médio**. Brasília, DF, 2018.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas** – estratégias para entrar e sair da modernidade. Rio de Janeiro: Editora EDUSP, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- JORDÃO, C. M. As lentes do discurso: letramento e criticidade no mundo digital. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 46, n. 1, p. 19-29, jan./jun. 2007.
- KLEIMAN, A. B. Letramento na contemporaneidade. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 72-91, ago./dez. 2014.
- KLEIMAN, A. B.; SITO, L. R. S. Multiletramentos, interdições e marginalidades. In: KLEIMAN, A. B.; ASSIS, J. A. **Significados e ressignificações do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 169-198.
- MONTE MÓR, W. Linguagem digital e interpretação: perspectivas epistemológicas. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 46, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2007.
- SOUZA, A. L. S. **Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2009.
- STREET, B. V. Perspectivas interculturais do letramento. **Revista de Filologia Linguística Portuguesa**, [s. l.], n. 8, p. 465-488, 2006.
- STREET, B. V. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17 mai. 2019.
- VIP, A.; LIBI, F. **Aurélia, a dicionária da língua afiada**. São Paulo: Editora do Bispo, 2006.